

## Crónica de economia política

## As economias do mundo lusófono

Mário Murteira

A recente cimeira de Bissau e as propostas do governo português sobre um possível espaço tri-continental de cooperação, reunindo todos os países de expressão oficial portuguesa, vieram uma vez mais chamar a atenção para a ligeireza (chamemos-lhe assim) da política externa do actual Governo. Mas para entrarmos no assunto desta crónica convém olhar primeiramente o QUADRO I.

Encontramos nesse quadro alguns dados básicos sobre os países em questão, referidos a 1978 ou ano próximo. Esses dados foram extraídos de publicações da ONU, mas convém acentuar que as informações estatísticas sobre as economias africanas aí referidas são muito precárias e apenas valem como grosseiras estimativas. Atendendo ao nível do PIB (Produto Interno Bruto) por habitante estas economias ou são subdesenvolvidas ou intermédias, mas nenhuma pertence em rigor ao primeiro dos três «mundos» em que habitualmente se agrupam as economias do planeta, isto é, capitalismo desenvolvido, economias de planificação central e economias subdesenvolvidas.

Dois dessas economias (Guiné e Cabo Verde) pertencem

ainda ao grupo dos «menos desenvolvidos» (Least Developed Countries), segundo a classificação das Nações Unidas, onde se situam os países mais pobres do mundo. Por outro lado, é evidente o gigantismo do Brasil no conjunto: conta para 89% do PIB e para 82% da população do total dos países considerados. Ainda assim, no entanto, o produto das economias lusófonas no seu conjunto não representa mais do que cerca de 11% do produto global da CEE ou 10% dos EUA. Considerando apenas as economias africanas de expressão oficial portuguesa, a população anda pelos 18 milhões e o produto do conjunto é inferior a 1/3 do PIB português.

Temos pois um espaço fortemente desequilibrado nas suas proporções, de características predominantes de subdesenvolvimento em que nenhuma economia nacional se pode classificar globalmente de industrializada. É todavia patente que classificações sumárias deste tipo são simplistas e podem revelar-se enganadoras. Uma outra classificação que atendessemos **desrecursos naturais** da área (por exemplo em matérias-primas, determinados produtos minerais, recursos alimentares) e às **potencialidades de desenvolvimento**, permitiria conclusões bastante diferentes. Também é desnecessário sublinhar o valor estratégico e político de determinados territórios incluídos neste mundo lusófono.

O Quadro I, todavia, permite-nos uma primeira leitura que se nos afigura útil na sua simplicidade e evidência: Portugal, ainda que politicamente o ambicionasse, nunca

existe, depois das independências, no confronto do Estado racista sul-africano e nos caminhos de cooperação entre Estados do Terceiro Mundo envolvidos na luta

	População milhares	Área (milhares k2)	PIB (milhões dólares)	PIB p. habitante (dólares)
Portugal	9685	92	17795	1837
Brasil	119 461	8512	193 282	1618
Cabo Verde	314	4	71	226
Guiné Bissau	777	36	103	134
Angola	6 732	125	2 741	407
Moçambique	9 935	783	2 380	240
S. Tomé e Príncipe	83	1	39	470

poderia constituir o pólo cultural e economicamente dinamizador dum tal espaço — um tal papel só poderia talvez ser desempenhado pelo Brasil e não se vê por que necessitaria de apoio português se tal projecto fosse praticável. E cremos estar ao alcance de qualquer inteligência mediana reconhecer que a língua — só por si — não é factor decisivo de cooperação económica, técnica e política a menos que exista real convergência de interesses e projectos em objectivos precisos das diferentes políticas nacionais dos Estados considerados. Parece, aliás, que a história das relações luso-brasileiras mostra isso.

Essa convergência existe ao nível dos Estados africanos de expressão portuguesa. Existiu, na época colonial, durante a luta contra o inimigo comum — o Estado colonial português.

contra o subdesenvolvimento e as injustiças e anomalias da ordem económica internacional existente. Já em 1980, no Maputo, as cinco ex-colónias portuguesas haviam subscrito uma convenção que apontava diversos domínios de cooperação — indo-se até ao ponto de configurar uma futura zona de trocas livres entre esses países. Foi o conflito que surgiu entre a Guiné e Cabo Verde, depois do golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 em Bissau, que impediu o prosseguimento dessa cooperação. Normalizadas as relações entre os Estados da Guiné Bissau e Cabo Verde (e também desfeito o sonho de Amílcar Cabral sobre a unidade política dos dois países liderada pelo PAIGC) estava reaberto o caminho para um linha de cooperação «horizontal», isto é, entre nações do Sul, que agora aparece de novo na ordem do dia no encontro de

Bissau.

Uma tal cooperação pode manifestar-se de várias formas: nos domínios comercial monetário e financeiro; nos transportes e seguros; na formação de quadros; no lançamento de projectos comuns de investigação científica e tecnológica, etc.

Nos aspectos estritamente económicos, essa cooperação oferece naturalmente perspectivas mais significativas para as três economias de menores dimensões, mas no terreno político interessa a todos. Na realidade, creio não exagerar se reconhecer que o desenvolvimento dos laços entre estas cinco nações africanas será, ao mesmo tempo, apoio ao desenvolvimento da sua identidade nacional. A língua portuguesa, além doutros factores funciona neste plano como afirmação duma solidariedade e identidade próprias e só tem a ver com Portugal por força duma história passada e não duma história a refazer-se no futuro.

Mas nada disto significa afirmar que entre os cinco jovens Estados lusófonos de África e Portugal não possam e devam desenvolver-se relações de cooperação de interesse mútuo. Mas, para tanto, há condições primordiais de natureza política a satisfazer. Têm a ver, como é óbvio, com os factores predominantes de convergência entre as nações em causa e que já referi: determinado e inequívoco posicionamento nos conflitos da

África Austral; posicionamento também claro no debate Norte-Sul, isto é, no terreno de luta que tem a ver com a instauração da Nova Ordem Económica Internacional. Forçoso é reconhecer, porém que duma maneira geral a política externa dos chamados governos constitucionais nem sempre tem primado nestas matérias pela clareza e convicção. E, neste Governo, chega a ser penoso o tom demagógico e oportunista das algumas declarações oficiais, nas bocas do Primeiro-Ministro, do ministro da Defesa ou dos Negócios Estrangeiros, todos aparentemente imbuídos na mesma falta de princípios (profundos) quanto à nossa política externa. É de recear que, numa daquelas saloias espertezas típicas de certo tipo de personalidades, o crepúsculo do mito CEE dê lugar ao renascer do mito atlantista, ou seja, do mero alinhamento político pleos EUA nos pontos cruciais de política externa, a troco das algumas migalhas de ajuda financeira.

Assim sendo, não é de estranhar que os cinco Estados africanos procurem cada vez mais noutras paragens os apoios de que necessitam na sua dura luta pela sobrevivência. E, noutra plano, que empresas nacionais debatendo-se num ambiente de crise económica generalizada vejam mais cerceadas oportunidades de penetração em mercados externos, como agora sucede em Angola